

30 de Agosto

Março de 2013

Jornal da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do PR | www.appsindicato.org.br



Categoria define mobilizações e paralisação

Na última assembleia, educadores(as) decidiram manter pressão para avançar na pauta [pág 2]

Leia análise sobre momento atual da nossa luta

A ampliação de direitos não pode estar descolada da luta pela transformação da sociedade [pág 3]

Cartão vermelho para os Jogos Escolares do Paraná

A categoria não participará da edição 2013 dos Jogos. A decisão é uma manifestação de descontentamento com a imposição da nova Matriz Curricular e também por um conjunto de insuficiências na organização dos jogos.



Pressão permanece e categoria marca paralisação para 24 de abril

Trabalhadores e trabalhadoras em educação mantêm estado de greve para fiscalizar o cumprimento das propostas do governo

Mais de duas mil pessoas lotaram o Teatro Positivo, em Curitiba, no último dia 9 de março, para participar da assembleia estadual da APP-Sindicato. Em um momento decisivo, a maioria votou pela suspensão do início da greve marcada para o dia 13 de março. Houve o entendimento que a determinação e a pressão da categoria - com um calendário arrojado de luta - obrigou o governo a apresentar uma proposta mais efetiva sobre a pauta de reivindicações.

O processo de debate sobre esta definição foi longo. Na assembleia, professores(as) e funcionário(as) expuseram suas análises. Além disso, nas semanas que antecederam a reunião geral, o sindicato estimulou e promoveu o debate sobre o encaminhamento das negociações com o governo, em atividades realizadas com a comunidade, nos Núcleos Sindicais da APP e também nas escolas. Munidos das conclusões dessas discussões, a assembleia decidiu pela não deflagração da greve diante do atendimento da pauta central, além de permanente vigilância sobre todos os demais pontos da pauta e efetivação das negociações.

Em contrapartida, ciente da força que a pressão surtiu sobre a negociação, a categoria indicou uma nova paralisação: será em 24 de abril. A data integra a 'Greve Nacional da Educação Pública', organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), marcada para os dias 23, 24 e 25 de abril. A paralisação tem como mote o piso, a carreira, a jornada e a profissionalização dos(as) funcionários(as) da educação.

No Paraná, além das bandeiras apontadas pela CNTE, a categoria luta por um novo modelo de saúde, mudanças na matriz curricular e concurso para os(as) funcionários em 2013. A APP também levará uma caravana à Brasília, quando acontecerá a ocupação do Congresso Nacional. Atos regionais serão promovidos em todo o Estado, organizados pelos Núcleos Sindicais da entidade, destacando o descaso do governo estadual com o atendimento à saúde dos servidores e a necessidade de um novo sistema.

Outra definição dos(as) educadores(as) foi o acompanhamento da tramitação, na Assembleia Legislativa do Paraná (Alepe), dos dois projetos de lei de interesse da educação: o que adequa o Plano de Carreira do Magistério do Paraná à Lei Nacional do Piso (na questão do 1/3 da jornada para hora-atividade) e o que altera o Plano de Carreira do Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB) que, entre outras coisas, inclui o reconhecimento da graduação e da pós na carreira dos agentes educacionais.



Calendário de mobilização definido pela assembleia

Março

- :: Acompanhamento da tramitação e votação dos projetos de lei na Assembleia Legislativa do Paraná.
- :: Campanha salarial em conjunto com os servidores públicos pelo índice de 12% a 12,5%, acompanhando as mobilizações do Fórum das Entidades Sindicais (FES).

Abril

- :: 16 de abril - Dia da APP na escola para debate preparatório para o dia 24 de abril.
- :: Participação no Calendário Nacional da CNTE:
- 22 e 23 de abril - Atividades nas câmaras municipais.
- 24 de abril - Caravanas à Brasília (ocupação do Congresso Nacional) e no Paraná paralisação e realização de atos com ênfase na pauta da saúde.
- 22 a 26 de abril - Pressão junto aos deputados federais apresentando a pauta nacional da educação.
- :: Expansão da Campanha de Valorização com ênfase à Saúde e condições de trabalho (camisetas, cartão ao governador, petição pública).
- :: Continuidade das recepções ao governador apresentando nossa pauta: "Compromisso assumido tem que ser cumprido". Queremos atendimento à saúde.

VITÓRIA!

No último dia 18 de março, o Tribunal de Justiça do Paraná deu vitória à defesa da APP-Sindicato sobre a constitucionalidade do Cargo de 40 horas. Agora, não restam mais dúvidas sobre a legalidade da Lei 103/2004 e demais dispositivos que possibilitam a oferta dessa importante conquista da categoria. Na próxima reunião com o governo retomaremos o debate.

Veja, abaixo, o quadro de avaliação sobre a pauta prioritária:

Item da Pauta	Como estava o cenário no início do ano	O que mudou e o que deverá mudar com a luta
Hora-atividade	O ano de 2012 terminou com o governo ampliando a hora-atividade de 20% para 25%, diferente do que havia acordado com a categoria. Além disso, apontou que o Estado poderia considerar a hora relógio, em vez da hora-aula, como base de cálculo da hora-atividade.	O governo apresentou a proposta de ampliar, em julho, para 30% o tempo da jornada destinado à hora-atividade, e os 3,33% restantes no início do ano letivo de 2014. Outras vitórias foram o recuo do governo na proposta de organizar a hora-atividade tomando como base a hora relógio (60 minutos em vez de 50 minutos), e o envio do projeto de lei complementar 02/2013, que adapta o Plano de Carreira do Magistério à legislação nacional que trata do Piso (Lei 11.738/2008), assegurando os 33% de hora-atividade no Paraná, tornando a mesma uma política perene de Estado, que não dependa do governo que esteja no poder.
Plano do QFEB	No final de 2012, o governo retirou da proposta de alteração do Plano de Carreira dos(as) Funcionários(as) da Educação o reconhecimento da graduação, para Agente I, e da pós-graduação, para o Agente II, para efeito de avanço na carreira.	Os dois itens retornaram ao projeto, que foi enviado à Assembleia Legislativa do Paraná. Agora, a tramitação da proposta (que recebeu o número 021/2013) está sendo acompanhada pela direção da APP-Sindicato, que tem cobrado celeridade na aprovação da mesma.
Saúde	De 2011 até agora, três secretários passaram pela Secretaria Estadual de Administração e Previdência (Seap) que é a responsável pelo Sistema de Atendimento à Saúde (SAS) dos servidores. Este fato tem dificultado imensamente as mudanças necessárias. Neste meio tempo, a APP, em conjunto com o Fórum das Entidades Sindicais (FES), debateu e contribuiu (inclusive com uma proposta) para a criação de um novo modelo de atendimento à saúde. No final de 2012, O governo informou que a proposta estava finalizada, mas não a apresentou aos trabalhadores e trabalhadoras.	O ano começou com mudança na Seap. A nova secretária, Dinorah Nogara, solicitou 40 dias para se posicionar sobre o novo modelo de saúde. Diante do descaso do Estado com a situação desesperadora em que se encontra o atendimento prestado às categorias, a APP, cuja base forma a maior fatia do funcionalismo público estadual, elegeu em sua assembleia a saúde como bandeira principal nesta nova etapa da luta. Os(as) educadores(as) farão diversas mobilizações sobre o tema, a exemplo das recepções ao governador Beto Richa cobrando a apresentação do novo modelo para ser analisado pelos(as) trabalhadores(as).
Matriz Curricular	A implantação de uma matriz curricular unificada, e que não garantiu um debate ampliado com os(as) educadores(as), foi um tema polêmico em 2012. A ausência de discussão, bem como a mudança em um momento pouco propício, resultaram em distorções à distribuição de aulas, como a perda de aulas extraordinárias e a distribuição do padrão em mais de um município.	A APP continua cobrando a instalação de um debate - amplo e democrático - sobre o currículo e a matriz curricular que conte com as reais necessidades e possibilidades do Sistema de Ensino do Paraná. Na assembleia da entidade, em vista do espaço que a disciplina de Educação Física perdeu no currículo, a categoria aprovou o boicote dos(as) professores(as) da área aos Jogos Escolares do Paraná (JEPs). Na negociação, a Seed afirmou que deverá apresentar uma resolução estabelecendo a instituição de oferta de programas nas escolas, tendo como perspectiva a educação de tempo integral, na qual serão contemplados os(as) professores(as) da Educação Física.
Data-Base	Em maio, os servidores devem receber o percentual relativo à data-base, que deve ficar entre 6,1% a 6,5%.	A APP e o FES já se pronunciaram: os servidores querem que o índice do reajuste da data-base seja igual ao índice de reajuste do salário mínimo regional (previsto entre 12% e 12,5%) mais 1%.
Piso	A Lei do Piso é clara: o reajuste anual do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) deve ser implantado em janeiro. O governo federal só definiu o reajuste para 2013 no início do ano.	Nas negociações com a APP, o governo se comprometeu em aplicar no mês de maio o reajuste de 7,11% nos salários dos(as) professores, adequando o mesmo ao Piso. A APP entrou na justiça para garantir os retroativos a janeiro a partir de 2011. Além disso, os(as) professores(as) receberão a última parcela da equiparação salarial, em torno de 3,47%, em outubro.

Outros pontos da pauta permanecem em debate

A luta é diária em todas as escolas. E nossa vigilância e resistência perseveram. Saiba mais:

- :: O porte de escola continua em debate e não haverá nenhum remanejamento antes dos novos projetos
- :: A licença com atestados médicos de até 3 dias também permanece válida (assegurada pela Resolução 1237/2008)
- :: A garantia da hora-aula para todos na escola, seja nas coordenações, pedagogos(as) e readaptados(as)
- :: A luta pela implementação da hora-aula à educação especial
- :: A luta para concurso para os(as) funcionários(as) da educação

- :: A garantia do concurso aos professores(as) e debate para mudanças no edital
- :: Luta pela manutenção e ampliação da educação profissional
- :: A implementação do concurso de remoção para funcionários(as)
- :: A garantia das licenças especiais
- :: A implantação do nível II da carreira para os(as) aposentados(as)
- :: O pagamento de promoções e progressões em atraso desde agosto de 2012

Análise

Para seguir avançando, precisamos valorizar o que já conseguimos

"Tudo que hoje identificamos com liberdade e democracia liberal (sindicatos, voto universal, educação gratuita universal, liberdade de imprensa, voto secreto etc.) foi conquistado com a luta difícil e prolongada das classes inferiores nos séculos XIX e XX; em outras palavras, foi tudo, menos consequência 'natural' das relações capitalistas. Recordemos a lista de exigências que conclui o 'Manifesto Comunista': com exceção da abolição da propriedade privada dos meios de produção, a maioria é amplamente aceita hoje nas democracias 'burguesas', mas somente como resultado de lutas populares.", Slavoj Zizek - Primeiro como tragédia, depois como farsa.

"Assim é que se vê a força da APP!". Essas palavras de ordem reafirmam nossa entidade e uma concepção sindical que deve ficar cada vez mais explícita para o conjunto da categoria. Entendemos o sindicato como uma frente única de trabalhadores em luta por direitos e condições dignas de trabalho, com um projeto histórico de construção de uma sociedade com justiça social, igualitária e solidária: uma sociedade socialista.

Nossa luta por ampliação de direitos não está descolada de uma luta pela transformação da sociedade e pela ampliação do processo de consciência da categoria e do conjunto da classe trabalhadora. Não queremos apenas a emancipação das trabalhadoras e trabalhadores da educação: queremos a emancipação de todas(as) as(os) trabalhadoras(es).

Porém, como sindicato que somos, temos compromisso com a categoria que nos elegeu para atuar na conquista de direitos que nos assegurem condições dignas de trabalho para todas e todos que estão no chão da escola. Cada vez que avançamos na conquista de direitos, na dura relação capital-trabalho, temos de ter claro que estamos nos movendo em uma sociedade que só muito recentemente aboliu formalmente a escravidão e ainda não superou uma herança fortemente oligárquica. Uma sociedade onde cada direito conquistado afronta o capital como sistema produtor de violência e desigualdades.

Quando defendemos a escola pública, isso é também uma confrontação permanente da lógica mercantil e privatista que predomina na mentalidade de um país que, num passado muito recente, só em 1988, reconheceu na sua Constituição que a Educação é um direito de todos e todas, e é um dever do Estado!

As conquistas que efetivamos no último período têm reconhecidas sua grandiosidade e sua importância por todas e todos. São, por exem-

plo, a materialização de uma luta de quase dois séculos do magistério brasileiro por um **piso salarial para a categoria**. Além disso, planos de carreira e concursos públicos são direitos muito recentes na nossa história de luta sindical. Em passado muito recente fizemos greve pelo direito de receber salário todos os meses e não duas ou uma vez por ano! Portanto, tudo é muito novo na incipiente democracia brasileira.

Estamos consolidando para o Brasil inteiro que a hora-atividade se calcula sobre a jornada de aulas e não sobre os minutos que trabalhamos. Isso é um conceito de hora-atividade que, ao reafirmarmos e torná-lo texto da Lei, estamos criando uma jurisprudência que servirá de referência para todos os Estados e Municípios que também estão em luta pela efetivação desse direito.

Porque, não sejamos ingênuos, não basta às trabalhadoras e trabalhadores conquistarem uma Lei – o que já é um trabalho e uma luta gigantesca. Como não basta ter o apoio do presidente da República, como tivemos de Lula na aprovação e sanção da Lei do Piso! Porque, num regime federativo como o nosso, os Estados e municípios sempre poderão encontrar brechas na Lei para, em nome da autonomia federativa, questionarem essas conquistas no judiciário, uma instância sobre a qual não temos poder de intervenção.

Então, é toda vez o mesmo processo: uma luta para conquistar a lei, outra luta para implementar a lei e uma luta permanente para manter a lei, e outra, maior ainda, se porventura queirarmos fazer uma mudança na lei. Tendo sempre presente a compreensão sobre que espaço é esse dos parlamentos e dos judiciários. São representações de classe e, apesar de trabalhadoras e trabalhadores sermos maioria na sociedade, somos minoria no Congresso Nacional e as instâncias superiores do judiciário são quase inatingíveis para a maioria de nós.

Estamos em processo de efetivação e implementação dos itens centrais da nossa pauta: alterações importantes no Plano de Carreira dos Funcionários, num país em que boa parte dos estados, e quase nenhum município, tem concurso para funcionários e onde, em geral, prevalece a terceirização; garantia de pagamento integral do Piso Salarial Profissional Nacional, entendido como vencimento inicial de carreira e sem achatamento de tabela, como vem acontecendo em muitos Estados e em boa parte dos municípios; e, por último, a inclusão na Lei 103/2004, do Plano de Carreira dos Professores, do conceito de hora-atividade sobre a jornada de 40 horas-aula tal como está na lei 11.738/2008.

Tivemos imensas conquistas nos últimos anos, e vivemos agora mais um momento histórico de elevação dos nossos direitos. Devemos reconhecer e ressaltar isso, pois, ao se desconhecer e minimizar o resultado da nossa estratégia muito vitoriosa, acaba-se por esquecer e apagar a história e a importância da caminhada que fizemos. E, se esses direitos conquistados forem tratados como 'não importantes', então, a qualquer momento poderão ser retirados porque, afinal, não irão fazer falta, não é mesmo? Temos de plantar, colher os frutos da nossa luta e, depois, cuidar muito bem dos frutos para que sigam dando sementes...

Temos de assegurar cada conquista e seguir, com os olhos postos no futuro utópico das nossas lutas, com um projeto histórico de emancipação da classe trabalhadora sem tirar os pés do chão e sem perder de vista o mundo real do capitalismo no qual vivemos e lutamos (e suas cruéis contradições). Que a história que construímos seja o alicerce da nossa esperança e reafirme cotidianamente a importância da nossa união e organização!

De fato, assim é que se faz a força da APP!

EXPEDIENTE



APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiada à CUT e à CNTE

• Presidente: Marlei Fernandes de Carvalho • Secretário de Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Paixão da Rocha • Jornalistas: Adir Nasser Junior (3819-PR), Uanilla Piveta (8071-PR) e Valnisia Mangueira (893-SE) • Projeto Gráfico e diagramação: Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) • Impressão: WL Impressões • Tiragem: 40 mil exemplares.

Gestão APP-Sindicato: na Luta em Defesa da Escola Pública (2011-2014)

• Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente • Silvana Prestes de Araújo - Secretaria Geral • Isabel Catarina Zöllner - Secretaria de Política Sindical • Walkiria Olegário Mazeto - Secretaria Educacional • José Valdivino de Moraes - Secretaria de Funcionários • Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretaria de Finanças • Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio • Edilson Aparecido de Paula - Secretaria de Municipais • Luiz Carlos Paixão da Rocha - Sec. Imprensa e Divulgação • Mário Sergio Ferreira de Souza - Secretaria de Assuntos Jurídicos • Tomiko Kiyoko Falleiros - Secretaria de Aposentados • Luiz Felipe Nunes de Alves - Secretaria de Políticas Sociais • Hermes Silva Leão - Secretaria de Organização • Janeslei Albuquerque - Sec. de Formação Política Sindical • Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretaria de Sindicalizados • Elizamara Goulart Araújo - Sec. de Gênero, Relações Étnico-Raciais e dos Direitos LGBT • Idemar Vanderlei Beki - Secretaria de Saúde e Previdência.



@appssindicato



App Sindicato



YouTube APPSINDICATO